



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 398/11

Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica implantado o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A iniciativa de que trata o *caput* deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados na Rede Estadual de Ensino com enfoque para o Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino aplica-se também na capacitação periódica do corpo docente, proporcionando-lhes palestras, seminários, informativos, ou quaisquer outros, a fim de que aprendam a identificar, inicialmente, os sinais da Dislexia e de outros distúrbios nos alunos.

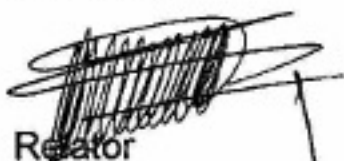
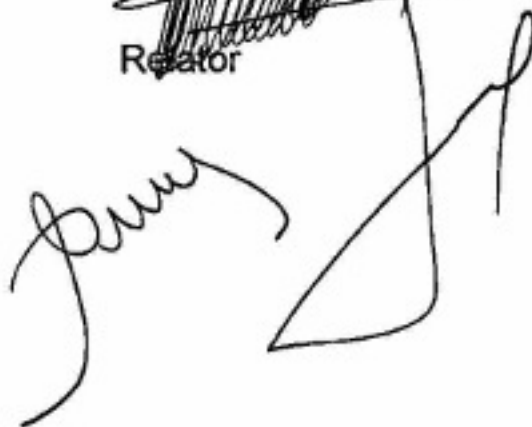
Art. 3º Caberá às Secretarias de Estado da Saúde e da Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino, sendo necessária a criação de equipes multidisciplinares de profissionais para a execução plena do trabalho de prevenção e para, após identificados os casos, encaminhá-los a um tratamento adequado.

1
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março 2013.



ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 643/12

Dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a estrutura denominada Gabinete do Juízo em cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Paraná, integrada por servidores do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, servidores comissionados e estagiários, nos termos desta Lei e de regulamentação expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 2º Nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária, o Gabinete do Juízo será composto por 01 (um) servidor do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, desde que bacharel em Direito, por 01 (um) cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, de simbologia 1-C, e 02 (dois) estagiários da área de Direito.

Art. 3º Nas Comarcas de Entrância Final, o Gabinete do Juízo será composto por 01 (um) cargo em comissão de Assistente

I de Juiz de Direito, de simbologia 3-C, acrescido da composição do art. 2º desta Lei.

Art. 4º O Gabinete do Juiz de Direito Substituto será composto por 01 (um) cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, de simbologia 1-C, e 02 (dois) estagiários da área de Direito.

Art. 5º As atribuições básicas dos servidores lotados no Gabinete do Juízo são as constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições dos servidores previstas no Anexo I desta Lei não excluem aquelas previstas no Anexo X da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que deverá ser observado em todos os casos.

Art. 6º O ocupante de cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito e Assistente II de Juiz de Direito serão lotados, obrigatoriamente, no Gabinete do Juízo.

Art. 7º O magistrado substituto utilizará a estrutura do Gabinete do Juízo da Serventia para a qual estiver designado, em substituição ou auxílio.

Parágrafo único. No caso de vacância de magistrado, os servidores efetivos e comissionados, bem como os estagiários de Direito, lotados no Gabinete do Juízo permanecerão em suas funções até que o novo magistrado redefina a composição.

Art. 8º Caberá ao magistrado superintender, pessoalmente, o funcionamento do Gabinete e da Serventia, vedada a delegação.

Art. 9º O Presidente do Tribunal de Justiça poderá propor a ampliação da estrutura do Gabinete do Juízo mediante aprovação do Órgão Especial, desde que exista prévia disponibilidade orçamentária, nos termos do art. 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10. O Presidente do Tribunal, ouvida a Corregedoria-Geral da Justiça, regulamentará, por decreto judiciário, as atribuições e demais aspectos inerentes às atividades do Gabinete do Juízo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março 2013.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator





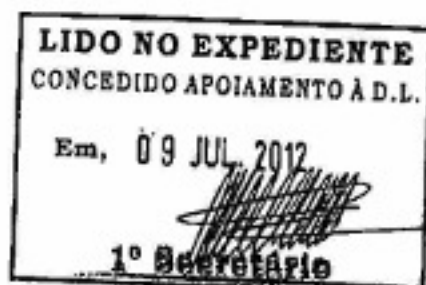
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DL

PROJETO DE LEI N.º

345/12



Súmula: Acresce dispositivo à Lei Estadual n. 17.179 de 5 de Junho de 2012, Lei que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná.

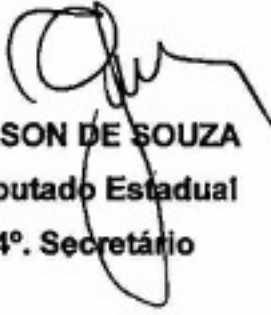
Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual nº. 17.179, datada de 05/06/2012, inserindo ao mesmo, texto, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

Parágrafo único (...), sendo que esta obrigatoriedade também se aplica nos casos de anúncios em jornais, revistas, periódicos, canais de televisão ou outros meios de divulgação.

Art. 2º. Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de Julho de 2012.


GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
4º. Secretário



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa acrescentar dispositivo ao parágrafo único da Lei Estadual nº. 17.179 de 5 de Junho de 2012, conhecida como Lei que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná. Pois, diariamente nos deparamos com anúncios em lojas, supermercados, em jornais, canais de televisão ou outros meios de divulgação de preços de produtos sem a clara informação do preço real.

Muitas vezes os preços são afixados com formato maior que o número de parcelas a prazo e o correspondente preço à vista.

Todos os preços e condições de pagamento devem ter o mesmo tamanho.

Essas práticas induzem a compra e ferem o direito do consumidor conforme determina o artigo 31 do Código:

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores” (grifo nosso).

Quanto ao caso em questão a Constituição Federal de 1988, determina que:

“Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V – produção e consumo.”

Assim, considerando que condutas como: **utilizar letras cujo tamanho não seja uniforme ou dificulte a percepção da informação**, considerada a distância normal de visualização do consumidor; **expor preços com as cores das letras e do fundo idêntico ou semelhante; utilizar caracteres apagados, rasurados ou borrados; informar preços apenas em parcelas, obrigando o**



consumidor ao cálculo do total; informar preços em moeda estrangeira, desacompanhados de sua conversão em moeda corrente nacional, em caracteres de igual ou superior destaque; utilizar referência que deixa dúvida quanto à identificação do item ao qual se refere; atribuir preços distintos para o mesmo item; e expor informação redigida na vertical ou outro ângulo que dificulte a percepção do consumidor, fere preceito contido em Lei.

Destarte, consideramos nosso pleito justo e legítimo para declarar que os meios de comunicação utilizados para a divulgação de preços, valores, parcelas devem também obedecer ao contido no artigo 1º. Da Lei 17.179 de 5 de Junho de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 345/2012

Projeto de Lei nº 345/2012

Autor: Deputado Estadual Gilson de Souza

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, tem por finalidade acrescentar dispositivo à Lei Estadual nº 17.179, de 05 de junho de 2012, lei que obriga os estabelecimentos comerciais a prestar informação correta, clara e precisa sobre preços de seus produtos quando pagos à vista ou pagamentos parcelados.

EMBASAMENTO JURÍDICO

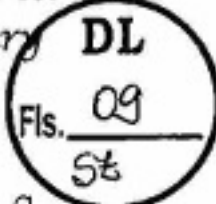
De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os produtos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Corroborar deste entendimento, a
Constituição Estadual do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador - Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, inciso V e VII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislar concorrentemente no que diz respeito ao consumo e à responsabilidade por dano ao consumidor, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

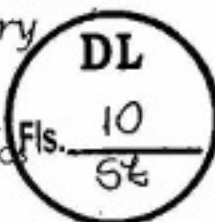
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examina-la constata-se que o assunto corresponde ao direito do consumidor à informação.

O artigo 6º da Lei 8.078 de 1990, que instituiu o Código de defesa do consumidor no Brasil, cita sobre os direitos básicos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Na mesma esteira, verificamos o artigo 31º, que trata sobre oferta, vejamos:

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Como o Projeto de lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

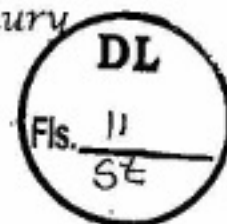
Diante do exposto, o Projeto sob análise da constitucionalidade exigida.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CONCLUSÃO

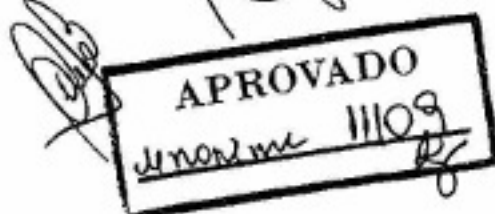


Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná^{DL}

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nerou Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro

Fls. 13
54

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 345/2012

Súmula: Acresce dispositivo à Lei Estadual n. 17.179 de 5 de junho de 2012, Lei que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos comercializados no Estado do Paraná

Autor: Deputado Gilson de Souza

Justificativa: Facilitar o acesso do consumidor às informações sobre o preço e forma de pagamento de produtos

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar facilitar o acesso do consumidor às informações que devem compor a oferta do produto, no



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro

Fls. 14

54


que se refere ao preço e forma de pagamento.


Cumpra ressaltar que o atendimento ao objetivo do Projeto de Lei em nada altera a relação de consumo existente entre consumidor e fornecedor.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **favorável** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de 10 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputada Rose Litro
Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 345/2012

Súmula: Acrescenta dispositivo a Lei Estadual nº 17.179 /2012, lei que obriga a informação correta, clara e precisa dos preços dos produtos no Estado do Paraná.

Autor: Deputado Gilson de Souza
Relator: Deputado Jonas Guimarães.

JUSTIFICATIVA: A proteção à vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem, a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços, todos esses itens contribuindo para a defesa e fortalecimento do consumidor.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Defesa do Consumidor.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



É o Parecer.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 06-FEV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 23/2013

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação CESUMAR, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação CESUMAR, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2013.

DR. BATISTA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Fundação CESUMAR, com sede e foro no Município de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem como objetivo operar uma emissora de rádio educativa e um canal de televisão educativa, ambas na cidade de Maringá. Divulgar eventos da instituição assim como das comunidades locais, regionais e universais que traduzam manifestações culturais, visando o enriquecimento cultural dos telespectadores e ouvintes.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 023/2013

Projeto de Lei nº. 23/2013
Autora: Deputado Dr. Batista

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
Fundação CESUMAR, com sede e foro no
Município de Maringá.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Fundação CESUMAR, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

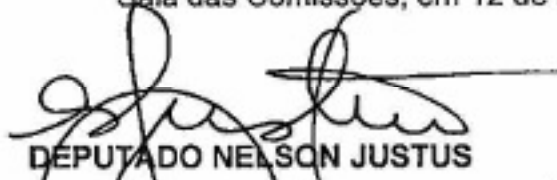
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



PROJETO DE LEI 70/2013

Súmula: dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica isenta de ICMS a operação interna de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana, com integração física e tarifária, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.

§ 1º A isenção de que trata esta lei compreende o imposto incidente desde a operação de saída do produtor ou do importador e está condicionada ao desconto no preço equivalente ao valor dispensado.

§ 2º Não será exigida a anulação proporcional dos créditos decorrentes das entradas.

Art. 2º A fruição do benefício condiciona-se:

I - à existência de contrato administrativo de concessão ou permissão para a prestação de serviços de transporte público, firmado com o ente responsável pela concessão ou permissão em município integrante de região metropolitana, nos termos da legislação específica;

II - à elaboração de laudo determinando os valores das tarifas do transporte coletivo urbano em região metropolitana pelo órgão incumbido da administração e fiscalização do transporte público de passageiros, no município ou na região metropolitana;

III - à celebração de termo de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pelas funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do serviço, contemplando o compromisso de praticar as tarifas especificadas no laudo de que trata o inciso II deste artigo, além de outros requisitos fixados em norma regulamentar.


Art. 3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à



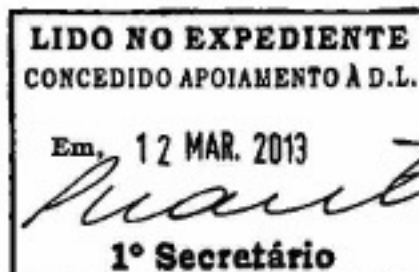
operacionalização desta lei, podendo estabelecer regras especiais de controle e fiscalização, sujeitando-se à exclusão deste regime de tributação a pessoa jurídica ou o fornecedor de óleo diesel que descumpri-las.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de março de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 020/2013

Curitiba, 11 de março de 2013.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 11/03/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva isentar da cobrança de ICMS o óleo diesel utilizado na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano integrado em região metropolitana, realizado mediante pagamento de tarifa única, visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Destaca-se, conforme determina a Constituição Federal, no inciso V do art. 30, que a competência executiva do transporte urbano é dos municípios e a do transporte intermunicipal, em razão da competência residual estabelecida no § 1º do art. 25, dos estados. Assim, o fornecimento de um transporte público de qualidade e agregador, entre municípios, é dever do Estado.

Devido aos elevados custos operacionais, a continuidade dos serviços prestados à população pelas empresas concessionárias desse serviço integrado está ameaçada, pois o repasse dos custos elevaria demasiadamente o valor da tarifa, afastando o usuário, por comprometimento de sua renda, e, ainda mais, a produtividade do setor.

A retirada do imposto sobre o óleo diesel contribuirá para a redução das tarifas cobradas dos cidadãos e para a prestação de um serviço com mais qualidade, segurança e fluidez em todas as regiões metropolitanas com sistemas integrados de transporte.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.890.967-4



A proposta prevê que a desoneração está condicionada ao desconto no preço do combustível pelo fornecedor, podendo dela usufruírem as empresas habilitadas à prestação do serviço, mediante concessão ou permissão, que firmarem convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pela gestão e fiscalização do serviço.

Com a isenção proposta, estima-se um impacto inicial na arrecadação de ICMS de aproximadamente R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) anuais, segundo os dados de consumo anual fornecidos pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, considerando que, atualmente, o benefício alcançará a Região Metropolitana de Curitiba, cujo transporte público é estruturado e integrado física e tarifariamente, além de sistemas de transporte coletivo de outras regiões do Estado.

A contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, que, somente em relação ao óleo diesel, até a presente data, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras de buscar o alinhamento do preço dos combustíveis aos valores praticados no mercado internacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.02

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
 II - PROTOCOLE-SE
 III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
 PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
 IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
 SALA DAS SESSÕES DATA 12 MAR 2013
 PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinária e extraordinárias do dia 13 de março, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei nº 70/2013 de autoria do Poder Executivo através da Mensagem Governamental 020/13.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias de 13 de março, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei 70/2013, oriundo da Mensagem 020/13, que dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

Sala das Sessões em, 12 de março de 2013.

Assinaturas dos Deputados (com data 12-03-2013):

- 1- Ademir Teixeira
- 2- Paulo
- 3- M. Lou
- 4- Rosa
- 5- C. M.
- 6- ...
- 7- ...
- 8- ...
- 9- ...
- 10- ...
- 11- ...
- 12- ...
- 13- ...
- 14- ...
- 15- ...
- 16- ...
- 17- R. Edson
- 18- ...
- 19- ...